

2

Possíveis interconexões entre civilização, psicanálise e higiene mental: o método e o caminho para pensar

[...] precisamos disseminar a idéia de pensar e entrelaçá-la com a experiência, a ação, a transformação. Pensar implica, necessariamente, transformar (se). Quando digo “Eu penso”, estou dizendo que estou construindo algo novo ainda em relação ao que pensava antes.

Alicia Fernández

Quando nos propomos a investigar um objeto, necessitamos encontrar um caminho que nos conduza a pensar sobre tal assunto. E, então, nos questionamos: qual o melhor caminho? Que método irá melhor me conduzir à compreensão e a busca de respostas as questões colocadas nesta pesquisa? Segundo Vieira *et al* (1989, p. 40), “o método [...] não é outra coisa do que a elaboração, consciente e organizada, dos diversos procedimentos que nos orientam para realizar o ato reflexivo, isto é, a operação discursiva de nossa mente”.

Assim, escolhemos trilhar um caminho onde buscaremos possíveis interconexões entre os campos da História, Sociologia e Psicanálise, através do diálogo com Norbert Elias, Sigmund Freud e Arthur Ramos em um período que compreende o início do século XX. É neste lugar de “interconexões” que vamos percorrer nosso caminho pensando como se institui o entrelaçamento desses três campos em relação ao objeto desta pesquisa, ou seja, a criança *escorraçada* como criança-problema na concepção de Arthur Ramos.

Segundo Assunção (2008), a Nova História Cultural influenciou no sentido de tornar a educação como objeto de estudo da História e junto com ela vieram novas formas de pensar as práticas sociais, assim novos olhares e métodos de pesquisa passaram a ser utilizados para se estudar a educação e sua história. Cabe ressaltar que diversas áreas de conhecimento como a Sociologia, a Antropologia, a Teoria Linguística, a Psicanálise, etc, proporcionaram transformações nas pesquisas ocorridas na História da Educação. No campo da Sociologia, por exemplo, podemos citar Elias que, segundo Veiga (2008a), toma como objeto de investigação histórica a problematização sociológica de mudança da estrutura de personalidade e da figuração social (redes de interdependência). No campo da Psicanálise, segundo Assunção (2008), é a partir de meados de 1980 que acontece a inclusão de princípios teóricos psicanalíticos baseados em Freud o que

possibilitou novas leituras sobre a educação e sobre as novas histórias que vinham sendo estabelecidas nas práticas educativas.

Cabe ressaltar que Elias (1993) se baseia na sociogênese e psicogênese para desenvolver seu estudo sobre o processo civilizador, que denomina como psicologia social histórica e enfatiza a necessidade de traçar conexões entre “todas essas diferentes manifestações dos seres humanos” (p. 234). Ele adverte que o processo civilizador não pode ser entendido em um esquema onde os estudiosos da história da sociedade, como os da história da mente, enxergam “a ‘sociedade’ e o mundo das ‘idéias’ como duas formações diferentes que pode haver sentido em separar” (p.235). De acordo com Leão (2007, p. 21) “a teoria do processo de civilização aponta para o desenvolvimento conjunto do aparelho psíquico e das cadeias de relações formadas pelos indivíduos na sociedade”, ou em outras palavras, através do controle das emoções são gerados nos indivíduos determinados padrões de vergonha e moderação sendo determinadas pelas exigências das circunstâncias e capazes de auxiliá-lo no recalque das pulsões, levando-o a ter um relacionamento social aceitável para aquela sociedade.

Ou seja, para Elias (1993), não existe uma sociedade fora das ideias e pensamentos ou ideias fora da sociedade. O que existe é uma interconexão entre esses campos, onde o próprio processo civilizador já constitui um evento psicológico e social.

O processo civilizador, de acordo com o estudo do sociólogo, não se deu de forma planejada, porém também não foi “irracional”, ou seja, não ocorreu de maneira incompreensível, mas foi colocado e mantido em movimento pela dinâmica autônoma de uma rede de relacionamentos, por transformações específicas na maneira como as pessoas se viam obrigadas a conviver, modelando suas personalidades de uma maneira “civilizadora”.

Nesse mesmo sentido, Freud (2006) afirma que o homem primevo depois de ter descoberto que através do trabalho poderia mudar sua condição de sobrevivência na Terra, passou a olhar o outro como um aliado e companheiro de trabalho, em outras palavras, alguém que era útil conviver.

Podemos observar que diante das afirmações de Elias e Freud os homens perceberam que era mais proveitoso buscar formas de conviver com o outro do que lutar entre si. Desta forma, Elias diz que houve uma transformação de conduta, que “necessariamente ocorre com a monopolização da violência física e

a extensão das cadeias da ação e interdependência social. Ocorre uma mudança ‘civilizadora’ do comportamento” (1993, p. 198). Com o aumento da divisão de funções, o indivíduo passou a conviver cada vez mais em uma teia de interdependência aumentando seus espaços sociais e o forçando a modelar suas paixões, a fim de manter sua existência social.

A palavra “civilização”, segundo o pensamento de Freud (2006), distingue a nossa vida da vida dos antepassados animais, servindo a dois objetivos que são de proteger o homem contra a natureza e o de estabelecer seus relacionamentos mútuos.

Vale frisar que, de acordo com Elias (1993), o campo de batalha foi transportado para dentro do indivíduo, ou seja, as pulsões que antes eram liberadas diretamente na luta de um homem com outro, passou a ser elaborada no interior do indivíduo através de hábitos semi-automáticos, consolidados e estabelecidos. É um superego que busca controlar, transformar ou suprir-lhe as pulsões para estar em conformidade com a estrutura social. Importante ressaltar que nem sempre essa elaboração acontece de forma satisfatória, nem sempre a autotransformação que é exigida pela vida em sociedade encontra equilíbrio entre satisfação e controle das emoções. Freud (2006, p. 86) alerta para o fato de que “a satisfação do instinto equivale para nós à felicidade” da mesma forma que, se o mundo externo se recusa a satisfazer as necessidades humanas, surge no indivíduo um grave sofrimento.

Acreditamos que esse grave sofrimento ao qual o autor se refere, pode ser relacionado ao pensamento de Elias (1993, p. 203) quando diz que “Essa luta semi-automática da pessoa consigo mesma [...] freqüentemente, fica sujeita a grandes ou pequenas perturbações -, à revolta de uma parte da pessoa contra a outra, ou a uma atrofia permanente”.

Então, qual o papel da “civilização” nessa dinâmica interna que ocorre no indivíduo? Duas citações, tanto de Freud, como de Elias, apesar de longas, explicam com clareza tal problematização.

Quais os meios que a civilização utiliza para inibir a agressividade que se lhe opõe, torná-la inócua ou, talvez, livrar-se dela? [...] Podemos estudá-lo na história do desenvolvimento do indivíduo. O que acontece neste para tornar inofensivo seu desejo de agressão? [...] Sua agressividade é introjetada, internalizada; ela é, na realidade,

enviada de volta para o lugar de onde proveio, isto é, dirigida no sentido de seu próprio ego. Aí, é assumida por uma parte do ego, que se coloca contra o resto do ego, como superego, e que então, sob a forma de ‘consciência’, está pronta para pôr em ação contra o ego a mesma agressividade rude que o ego teria gostado de satisfazer sobre outros indivíduos, a ele estranhos. A tensão entre o severo superego e o ego, que a ele se acha sujeito, é por nós chamada de sentimento de culpa; expressa-se como uma necessidade de punição. A civilização, portanto, consegue dominar o perigoso desejo de agressão do indivíduo, enfraquecendo-o, desarmando-o e estabelecendo no seu interior um agente para cuidar dele, como uma guarnição numa cidade conquistada. (FREUD, 2006, p. 127)

Prosseguimos com a citação de Elias (1993, p. 204):

Mas, dependendo da pressão interna, das condições da sociedade e da posição que nela ocupe o indivíduo, essas limitações produzem também tensões e perturbações peculiares na economia da conduta e das paixões. Em alguns casos, levam a uma inquietação e insatisfação perpétuas, exatamente porque a pessoa afetada só pode satisfazer uma parte de suas inclinações e impulsos em forma modificada, como, por exemplo, na fantasia, na qualidade de espectadora ou ouvinte, nos devaneios ou nos sonhos. Às vezes, o indivíduo se habitua a tal ponto a inibir suas emoções que não é mais capaz de qualquer forma de expressão sem medo das suas emoções modificadas, ou de satisfação direta de suas pulsões reprimidas. Ramos particulares dessas pulsões são como que anestesiados, nesses casos, pela estrutura específica do contexto social em que cresce a criança. Sob a pressão dos perigos que sua manifestação provoca no espaço social da criança, elas passam a se cercar de medos automatizados, a tal ponto que o indivíduo pode permanecer surdo e insensível a vida toda. Em outros casos, certos ramos dos impulsos podem ser desviados de tal modo por sérios conflitos que a natureza bruta, afetiva e apaixonada que o pequeno ser humano inevitavelmente encontra no seu caminho para se moldar como ser “civilizado”, que suas energias são transformadas de tal maneira que fluem para apegos e repulsões excêntricos, em predileções por esta ou aquela fantasia peculiar. Em todos esses casos, uma permanente inquietação interior, que parece não ter fundamento, mostra quanta energia emocional é represada numa forma que não permite satisfação real.

Como se pode observar, tanto Freud quanto Elias mostram que o recalque das pulsões não acontece impunemente, ou seja, se a perda não for de alguma maneira compensada, é certo ocorrerem sérios distúrbios no indivíduo como inquietação, infelicidade e ansiedade. Desta forma uma pergunta parece se impor:

será que o processo civilizador trouxe somente tristeza e frustrações? Freud (2006) analisando essa questão, expressa a opinião de que é difícil saber se homens que viveram em épocas anteriores eram mais felizes, pois entende que temos a tendência a considerar objetivamente a aflição das pessoas, ou seja, transferimos nossas próprias necessidades e sensibilidades para as condições delas e, assim, é difícil saber em quais ocasiões elas experimentaríamos felicidade ou infelicidade. É certo que o homem primitivo não teve a experiência de restringir seus instintos, por outro lado, “suas perspectivas de desfrutar dessa felicidade, por qualquer período de tempo, eram muito tênues” (p. 119). Já o homem civilizado trocou uma parcela dessa felicidade por uma parcela de segurança. O referido autor continua sua análise afirmando que é óbvio que não se pode desprezar o fato de que a civilização é construída sobre uma renúncia de instintos poderosos e esse é o motivo da hostilidade contra todas as civilizações. Um dos argumentos que Freud destaca para justificar o motivo da hostilidade em direção à civilização diz respeito ao fato de as pessoas terem tomado conhecimento do mecanismo das neuroses, “que ameaçam solapar a pequena parcela de felicidade desfrutada pelos homens civilizados. Descobriu-se que uma pessoa se torna neurótica porque não pode tolerar a frustração que a sociedade lhe impõe [...]” (p. 94). Outro fator muito relevante a ser mencionado é o progresso científico nas ciências naturais conquistado pelas últimas gerações, onde o homem se orgulhou bastante em ter conseguido poder sobre o espaço e tempo. Porém, na mesma proporção, veio o desapontamento por não conseguir aumentar a quantidade de satisfação prazerosa que esperava da vida e que não o tornou mais feliz.

Nessa mesma direção, Arthur Ramos (1939) é enfático em afirmar que o homem atingiu a civilização à custa da neurose, pois devido ao recalque das pulsões, o conflito que antes era exteriorizado através dos impulsos em luta aberta com outro homem se tornou interno, como já vimos anteriormente. Sendo obrigado a adaptar-se a novas situações, passou a ser enorme seu esforço psíquico despendido para dar conta dessa dinâmica. O movimento da higiene mental surgida no início do século XX, segundo o médico, deixou de ser uma técnica utilizada para dar uma melhor assistência aos alienados, além de preventiva em relação à loucura, para se tornar um instrumento de ação com o objetivo de solucionar os conflitos humanos de toda a natureza. Para Ramos (1939),

o homem contemporâneo é o produto de uma civilização doente⁷. Nunca ele teve tanta necessidade de higiene mental. [...] A máquina está formando seres de movimentos automáticos e estereotipados, como Chaplin nos mostrou no seu filme ‘Os tempos modernos’. E a personalidade humana está encontrando uma enorme dificuldade de se adaptar a civilização que ele próprio criou. Há um desajustamento tremendo do homem a técnica. (p. 17).

Quando o médico menciona que a máquina está “formando seres de movimentos automáticos e estereotipados” está se referindo ao momento de urbanização e industrialização que ocorriam também na cidade do Rio de Janeiro nos anos de 1930. Um momento em que o êxodo da zona rural estava fazendo crescer o operariado urbano, trazendo consigo a esperança de uma vida melhor e menos sofrida, porém a realidade não era tão promissora. Para ele, o mal estar que era individual, passou a ser coletivo e as pessoas começaram a apresentar *desajustamentos* de personalidade, na família e na sociedade⁸.

É relevante mencionar que Elias (1993) também observou, a questão do *desajustamento*. Para ele era possível emergir do mesmo molde social seres humanos tanto “bem-ajustados” como “desajustados”, dependendo das relações estabelecidas entre os adultos e os jovens, sendo os “desajustados” denominados habitualmente de “anormais”. Não cabe aqui discutir mais detidamente o termo “anormal” utilizado naquele período para designar as crianças e jovens que não correspondiam ao comportamento esperado pela sociedade. Faremos isso no próximo capítulo quando iremos estudar a mudança do termo “anormal” para “criança-problema”, por enquanto é importante ressaltar, apenas, que esse termo não era referente à criança que apresentava alguma anormalidade psicológica causada por traços hereditários inalteráveis, como uma patologia.

Até aqui procuramos sintetizar os princípios gerais da teoria da civilização e da higiene mental, porém é importante, nesse momento, lançar luzes sobre a criança em relação ao processo civilizador e, recorrer novamente a Elias (1993) nos parece necessário:

⁷ Ver anexo 3 – Arthur Ramos foi entrevistado pelo Jornal Diário da Noite, cujo título era *Uma reportagem da psicologia: estamos vivendo no século da loucura*.

⁸ Ver anexo 4 – Dr. Arthur Ramos escreveu para o Jornal Gazeta de Alagoas, Maceió, *A Higiene Mental na vida moderna*, em 31/05/1939. Escreveu também “Especial para Dom Casmurro”, cujo título é *O homem e a máquina*, em 02/09/1939.

Do período mais remoto da história do Ocidente até os nossos dias, as funções sociais, sob pressão da competição, tornaram-se cada vez mais diferenciadas. Quanto mais diferenciadas elas se tornavam, mais crescia o número de funções e, assim, de pessoas das quais o indivíduo constantemente dependia em todas suas ações, desde as simples e comuns até as complexas e raras. À medida que mais pessoas sintonizavam sua conduta com a de outras, a teia de ações teria que se organizar de forma sempre mais rigorosa e precisa, a fim de que cada ação individual desempenhasse uma função social. O indivíduo era compelido a regular a conduta de maneira mais diferenciada, uniforme e estável. O fato de que isso não exija apenas uma regulação consciente já foi salientado. O fato seguinte foi característico das mudanças psicológicas ocorridas no curso da civilização: o controle mais complexo e estável da conduta passou a ser cada vez mais instilado no indivíduo desde seus primeiros anos, como uma espécie de automatismo, uma autocompulsão à qual ele não poderia resistir, mesmo que desejasse. (p. 196).

O que cabe aqui ser frisado é o simples fato de que, segundo Elias (1994a) o processo civilizador social operante resulta no processo civilizador individual a que todo indivíduo desde sua tenra idade é automaticamente submetido pelos adultos, o que foi denominado por ele de norma básica sociogenética⁹. Em outras palavras, a criança aprende e automatiza o controle de suas pulsões na relação entre suas instâncias controladoras, que são o superego e o ego, e os impulsos da libido. Isso acontece porque os pais ou os cuidadores fazem penetrar progressivamente no espírito da criança um “superego” estável, fazendo-a reprimir os impulsos afetivos, inculcando-lhe os medos que são levados a efeito sem reflexão, fazendo com que daí por diante eles sejam reproduzidos quase que automaticamente.

A personalidade maleável da criança é tão modelada por medos que ela aprende a agir de acordo com o padrão predominante de comportamento, sejam esses medos gerados pela força física direta ou pela privação, pela restrição de alimento ou de prazeres. (ELIAS, 1993, p. 270).

⁹ Cf. nota de rodapé do volume 1 do Processo civilizador - “Todos os conceitos desse tipo referem-se à estrutura de grupos sociais inteiros. [...] mesmo na sociedade civilizada, nenhum ser humano chega civilizado ao mundo e que o processo civilizador individual que ele obrigatoriamente sofre é uma função do processo civilizador social. Por conseguinte, a estrutura dos sentimentos e consciência da criança guarda sem dúvida certa semelhança com a de pessoas ‘incivis’. O mesmo se aplica ao estrato psicológico em adultos que, com o progresso da civilização, é submetido com maior ou menor rigor a uma censura e, em consequência, encontra nos sonhos uma válvula de escape.” (ELIAS, 1994, p. 15).

Como foi possível observar até esse momento, o estudo desenvolvido por Norbert Elias sobre o processo civilizador é baseado em uma dinâmica caracterizada pela transformação da personalidade do indivíduo e, conseqüentemente, do seu comportamento junto à sociedade à qual estava inserido. Essa mudança se deu por meio do desenvolvimento da necessidade de moderação das pulsões o que provocou uma racionalização das atitudes, além da habilidade de previsão e autocontrole. Em paralelo a tudo isso, houve a monopolização pelo Estado da violência física, pois não cabia mais ao indivíduo decidir seguindo sua própria consciência sobre seus conflitos com outros e, sim, ao campo jurídico. Além disso, constatamos também que tal processo depois que passou a fazer parte do indivíduo como uma “segunda natureza”, começou a ser ensinado às crianças, porém é importante ressaltar que esse processo, segundo Elias (1993), não foi indolor para elas, deixando cicatrizes. Na fase adulta, alguns conflitos inerentes ao processo de civilizar na infância retornam e, como não foram solucionados naquela época, nunca deixam de perturbar os relacionamentos na presente fase.

Nessa mesma perspectiva, Ramos entendeu que era na infância que a higiene mental tinha que atuar, pois para ele a criança que fosse tratada ou que recebesse prevenção se tornaria um adulto mentalmente saudável e preparado para se tornar *doutor* a fim de contribuir com o progresso da nação. O foco do médico para atingir tal objetivo estava centrado na orientação de educação que ele procurava disseminar na sociedade, como principalmente, na família e na escola. Essas duas instituições, de acordo com seu entendimento, eram a base da formação dos indivíduos e, portanto, necessitavam ser estruturadas de acordo com os preceitos da higiene mental que era pautada nos conceitos psicanalíticos.

Ramos apontou algumas causas para o fato de a criança apresentar um comportamento *desajustado*. Dentre essas causas, duas chamam mais a atenção por ocuparem dois extremos. Uma é a criança *mimada* e a outra é a criança que não é atendida em suas necessidades, além de sofrer maus tratos e espancamentos, que é a criança *escorraçada*. Freud (2006), em seus estudos sobre o indivíduo e a civilização, ressaltou a importância de se ter um equilíbrio em relação à criação desse indivíduo, pois para ele “uma criança criada de forma muito suave, pode adquirir uma consciência muito estrita. No entanto, também seria errado exagerar [...]. [...] a severidade da criação também exerce uma forte influência na formação

do superego da criança.” (p. 133). Acreditamos que baseado no pensamento de Freud, Arthur Ramos foi um dos intelectuais daquele período que buscou divulgar para a população a forma mais adequada de educação esperada para a época.

Sendo o nosso objeto de pesquisa a criança *escorraçada*, entendemos ser importante, primeiro, esclarecer em que sentido esse termo era utilizado por Ramos. A criança *escorraçada* era aquela *odiada, castigada fisicamente, mal dotada, feia, ilegítima, enteada, órfã* etc. Importante ressaltar que o castigo físico sofrido não era apenas na família, mas também na escola. Muitas vezes, a permissão para castigar fisicamente partia da própria família que não conseguia mudar o comportamento considerado *desajustado* da criança.

Segundo Veiga (2008b), “a elaboração da civilização pensada na tensão entre violência e pacificação indica para importantes tentativas de mudanças no trato entre as pessoas.” (p. 4). A autora ressalta que Elias apontou para a importância da conquista da pacificação e para o fato de as sociedades modernas terem adquirido o hábito de repudiar os atos de violência nas relações humanas. Porém, apesar da aquisição deste hábito ser identificada como uma atitude civilizada, civilização e violência não são contrárias. Na verdade o processo civilizador se pauta justamente na tensão permanente entre pacificação e violência. E somente quando as pessoas aprendem outros modos de resolverem seus conflitos, sem precisar usar a violência física, é que o “apelo a não violência se intensifica.” (p. 3).

Diante disso, é possível entender que a mudança no tipo de relação entre os adultos também possibilitou a elaboração de novas relações de interdependências entre a criança e o adulto, assim:

[...] o cuidado da criança pela família passa a ser orientado pela ciência de modo a garantir o seu bem estar físico e emocional e de uma interdependência social, referente à proteção da criança pelo Estado, por meio de instituições várias entre elas a escola. (VEIGA, 2008b, p. 11)

Cabe então interrogar: em que contexto essa mudança se deu? Segundo Campos (2008), evitando o risco do presentismo, ou seja, procurando avaliar o passado através de categorias advindas da área no presente, é importante buscar o sentido das ideias, conceitos e pensamentos em cada momento da história em seu contexto específico, a fim de compreender o que motivou aquelas pessoas a se posicionarem de uma forma e não de outra em relação a sua própria época.

Obviamente, o que se deseja aqui é retomar, de forma breve, o momento que o antigo Distrito Federal estava vivendo em seu âmbito político, social, cultural, econômico e científico, objetivando ter uma melhor compreensão, não só da dinâmica teórico-metodológica escolhida, como também a lógica de atuação dos autores envolvidos nesta pesquisa.

Estamos falando de um momento em que o volume de transformações e o impacto dessas mudanças eram bastante significativos para o Brasil. Com a entrada de Getúlio Vargas no poder (de 1930 a 1937) e a decretação do Estado Novo (1937 a 1945), podemos dizer, de acordo com Herschmann e Pereira (1994) que o país viveu entre a construção de uma sociedade “moderna” e a predominância de um Estado inibidor das áreas da sociedade civil e da cidadania, especialmente, no período estudado nesta pesquisa. Ainda, segundo esses autores, os anos de 20-30 são considerados um momento decisivo em relação à redefinição político-econômica e cultural.

No caso específico do Rio de Janeiro, é interessante assinalar que tinha a “missão” de representar e civilizar o país, segundo Gomes (1999), e, portanto, esse fator impunha à sua intelectualidade uma participação ativa em relação a todos os debates de ideias culturais que alcançassem repercussão nacional, atraindo intelectuais de toda a parte do País. Dentre outros nomes, a cidade carioca também era conhecida como a “Vitrine do Brasil”, pois destacando sua condição de capital, luzes eram lançadas em direção a ela que, segundo a referida autora, potencializava a “nacionalização” de seus estilos e valores reconhecidos como “civilizadores”. Mudanças relevantes estavam ocorrendo, pois novas regras de comportamento, novos valores, ou seja, um novo *ethos* – moderno – começava a se esboçar, segundo Herschmann e Pereira (1994). Todas as iniciativas estavam voltadas para a modernização¹⁰, civilização e progresso da nação.

¹⁰Segundo HERSCHMANN e PEREIRA (1994), modernização é entendida da seguinte forma: “Especialmente a partir das últimas décadas do século XIX, idéias como novo, progresso, ruptura, revolução e outras nesta linha passam a fazer parte não apenas do cotidiano dos agentes sociais, mas, principalmente, a caracterizar o imaginário, o discurso intelectual e os projetos de intervenção junto à sociedade. É exatamente associadas a estas idéias que as noções de ‘moderno’ ou de ‘modernidade’ vão se afirmando neste momento de aceleração da industrialização e de consolidação internacional do capitalismo.” (p. 14). Mais adiante, continuam os autores: “[...] No Brasil, este fato é facilmente verificável, especialmente ao longo dos anos 20-30, quando afirmar-se ‘moderno’, por exemplo, é, antes de mais nada, tentar assumir um lugar prestigiado no debate científico e artístico [...]” (p. 15).

Naquele momento também houve a busca de inovações no campo da ciência aplicada e o papel dos médicos, educadores e engenheiros foi revisto. De acordo com os referidos autores, “seus objetivos eram “civilizar” a capital [...] e o país, rompendo com os “resquícios de um passado indígena e colonial” (p. 29).

Nesse contexto a educação tanto desenvolvida na escola, como a realizada no âmbito familiar, ganhou relevo, pois se entendia que o futuro da nação estava nas mãos das crianças, como “os adultos de amanhã”. Ora, se a repulsão à violência era vista como uma atitude civilizada, não cabia mais tratar as crianças com hostilidade e, inclusive, tentar educá-las através de castigos físicos. Para Ramos (1939), os adultos *escorraçavam* as crianças, pois precisavam colocar para fora seus recalques e sadomasoquismos. O objetivo desse médico era através da higiene mental tratar e orientar a esses adultos para que buscassem equilíbrio emocional e resolvessem suas questões, a fim de poderem compreender melhor seus filhos e alunos no sentido de educá-los, proporcionando-lhes saúde mental.

Observamos, então, que a aproximação entre medicina e a educação foi inevitável, ou seja, de acordo com Campos (2008, p. 129):

Nascida nos laboratórios universitários criados no final do século XIX na Alemanha, França e Suíça, essa psicologia dita científica visava compreender a mente humana utilizando dados objetivos, obtidos através da metodologia da introspecção controlada. Ao mesmo tempo, o saber médico se organizava no movimento da higiene mental, visando desenvolver dispositivos de prevenção dos distúrbios mentais que pudessem ser amplamente difundidos para as modernas populações urbanas. Esses dois movimentos vão se reunir, a partir do início do século XX, no campo da psicologia aplicada, especialmente na área da psicologia educacional. Tratava-se de colocar à disposição das instituições educativas e das famílias os novos conhecimentos produzidos nos laboratórios e hospitais psiquiátricos, visando, ao mesmo tempo, intervir no planejamento e na gestão dos sistemas de ensino ampliados e prevenir os distúrbios mentais e desvios psicossociais provocados pelas intensas mudanças culturais que as modernas sociedades urbano-industriais vinham experimentando.

A psicologia surge de uma vertente da medicina, ou seja, da psiquiatria. Desta forma, medicina e educação se entrelaçaram com o propósito de alcançar o objetivo de se ter uma juventude saudável física e mentalmente, além de

preparada para o trabalho, a fim de alcançar o objetivo que era o progresso da nação.

Assim, iniciamos este capítulo escolhendo o caminho a ser percorrido a fim de melhor compreender o objeto pesquisado. Escolhemos o caminho da interconexão entre os campos científicos da história da educação, sociologia e psicanálise. A justificativa para essa escolha se deu pois, observando o contexto do período estudado, constatamos que o País estava vivendo um momento onde a busca pelo progresso e modernização através da “civilização” dos comportamentos estavam em voga, além disso, o mundo começava a conhecer a psicanálise e a higiene mental como forma de lidar com os problemas emocionais dos adultos e das crianças e, o Brasil, principalmente, na Capital Federal, foi influenciado por esses movimentos recém surgidos, mesmo não tendo a aceitação de todos os intelectuais da época em relação ao uso da psicanálise.

Enfim, é interessante assinalar que nos próximos capítulos iremos explorar um pouco mais todos esses pensamentos em relação à criança *escorraçada* como criança-problema, tendo como base as ideias aqui expostas em relação à civilização, psicanálise e higiene mental escolar.